

**78ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA CEDH-SC  
ATA 78/24**

**CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS**

Data: 16/05/2024	etx-jgxt-yif (2024-05-16 14:10 GMT-3)	Horário: 14 horas
------------------	---------------------------------------	-------------------

**PARTICIPANTES CONSELHEIROS**

Erli Aparecida Camargo	Fundação Instituto Nereu Ramos	presente
Cláudia Andrieux	Instituto Arco-Íris	presente
Celina Duarte Rinaldi	IGENTE	presente
Guilherme dos Santos Papini	Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço - SICOS	presente
Juliana Lima	SSP - Secretaria de Estado da Segurança Pública	presente
Lucilene Binsfeld	Central Única dos Trabalhadores	presente
Kátia Freitas	Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família – SAS	presente
Leonardo Marcondes	Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP	presente
Lúcia Haygert	Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina – IMDH-UFSC	presente
Rosemeri Prado	Federação dos Trabalhadores no Comércio no Estado de Santa Catarina - FECESC	presente
Felipe do Passos	SEF/SC	presente
Jaqueline Manchein	Pastoral do Povo da Rua	presente

**PARTICIPANTES CONVIDADOS**

Rosa Oliveira	Comissão LGBTQIA+	
Ana Paula Mendes	Comissão LGBTQIA+	

<b>Pauta</b>	<b>Deliberações</b>
1) Abertura	Abertura com as boas-vindas da presidenta Erli Camargo
2) Levantamento de quórum	Feita a leitura dos conselheiros/as presentes constatando-se desta forma haver quórum suficiente para as deliberações.
3) Leitura e aprovação da ordem do dia	Aprovada, com exclusão do item 2.1.1 - Tema de formação: saúde, sugerido pela conselheira Lucilene.
4) Correspondências enviadas e recebidas	A única correspondência enviada foi referente a convocação da reunião. Com o pedido de exoneração do cargo de secretária de Conselho, realizado pela servidora Manuela Ribeiro, prejudicou o envio de processos, principalmente via SGPe, como por exemplo a Resolução da ocupação Anita Garibaldi aprovada em Plenária e ainda não encaminhada.

5)Aprovação das Atas Plenárias nº 75, 76 e 77.	As Atas de números 75, 76, 77 foram previamente enviadas aos e-mails em 25/04/2024 pela ex-secretária (sendo duas plenárias ordinárias e uma extraordinária). <b>Aprovadas por unanimidade.</b>
<b>Pauta Temática</b>	
1. Resposta do CEDH-SC ao questionário do CNDH sobre as células neonazista em SC	A Presidenta propôs que o questionário sobre as células neonazista em SC, além de ser respondido individualmente, seja respondido nas comissões do CEDH e posteriormente avaliado pelo Conselho. A Plenária sugeriu que devido ao exíguo tempo para resposta (até o fim de abril) a Presidenta fique responsável pelas respostas e compartilhe no grupo para validação dos/as Conselheiros/as. <b>A presidenta aceitou a proposta</b> , informando que buscaria as respostas nas Atas, pois o que está solicitado no questionário já foi tratado em reuniões anteriores. Complementou que até 21 de abril vai colocar no grupo suas contribuições para a manifestação. Em 27 de abril, caso não haja manifestação, será considerado que o conselheiro/a está de acordo com o questionário.
2. Momento das comissões 2.1. Comissão de políticas públicas e formação: 2.1.2. GT de organização da Conferência do dia 16 de julho: relatório do primeiro dia e encaminhamentos restantes (trâmite do processo do Termo de Referência), publicação de Resolução convocando para o dia 26 de julho, Moções. 2.1.3. Campanha Mais Livros, menos armas: por uma cultura de paz	2.1. Comissão de políticas públicas e formação: 2.1.1. Tema de formação: saúde - item suprimido da pauta. 2.1.2. GT de organização da Conferência do dia 16 de julho: relatório do primeiro dia e encaminhamentos restantes (trâmite do processo do Termo de Referência), publicação de Resolução convocando para o dia 26 de julho, Moções. Foi informada pela representante da SAS, Kátia Freitas, que a segunda etapa da 6ª Conferência, prevista para 26 de julho de 2024, está em tramitação na SEA/SC, a qual providencia o processo licitatório. A conselheira Lucilene perguntou sobre as moções, se houve votação, via formulário, pelos/as delegados/as. A presidenta comunicou que o Relatório da 1ª etapa foi realizado por uma comissão de Lages/SC. Os Relatórios, referentes à segunda etapa irão se ater aos eixos faltantes (III, IX e X) e serão relatados pela mesma comissão. Sobre a alteração do Regimento Interno da Conferência, foi prevista para ocorrer em Plenária única, porém não foi possível devido aos três últimos eixos não terem sido trabalhados. A Conselheira Lucilene, membro da comissão da Conferência, explicou que serão três salas para trabalhar as deliberações e no Plenário final, apenas a aprovação das deliberações realizadas nos grupos. Considerou que para registrar a alteração no Regimento Interno será realizado um aditivo. A conselheira Lúcia alertou sobre inserir as propostas nas salas, pois em algumas delas não há retroprojeto, sugerindo que toda a Plenária ocorra no auditório para facilitar as deliberações. A presidenta mencionou que propostas novas podem ser incluídas. Sobre a Conferência LGBT, a Presidenta informou que falou com a Secretária de Estado da Assistência Social, Mulher e Família, sendo que a mesma mencionou que não há prazo suficiente para a data solicitada; não há recursos disponíveis, sendo que não foi prevista na Lei Orçamentária Anual - LOA de

	<p>2024.</p> <p>A presidenta lembrou que esta comissão existe no CEDH, pois não há em Santa Catarina um Conselho próprio à comunidade LGBTQIA+. Ressaltou que conselheiros/as que não compõem nenhuma comissão, se coloquem à disposição para fortalecer esta.</p> <p>A convidada Ana Paula Mendes, Presidenta do Conselho Municipal LGBT de Florianópolis mencionou que está negociando para que o governo do Estado/SAS para que se faça a convocação da Conferência Estadual LGBT, sendo que a Conferência Nacional está na 4ª edição, com calendário prorrogado para 2025, porém as convocações Estaduais deverão ocorrer até junho de 2024. Informou que estão aguardando retorno de ofício enviado ao gabinete da SAS/SC. A Presidenta informou que o CEDH assinou junto o ofício, afirmando o compromisso do Conselho.</p> <p>2.1.3. Campanha Mais Livros, menos armas: por uma cultura de paz</p> <p>A presidenta relatou sobre a Campanha mais livros e menos armas, salientando que deverá ocorrer acompanhada de diálogos nas comunidades com distribuição de livros e coleta de assinaturas do Manifesto “Pela Educação e pela Paz”. Considerou a mesma muito importante, principalmente no momento que estamos vivendo e está consoante à Lei do CEDH-SC, conforme mencionado pela conselheira Celina. Foi sugerido pela conselheira Lucilene a disseminação desse conteúdo nos municípios.</p>
<p>2.3. Comissão de Soluções Fundiárias: 2.3.1. Relatório, Resolução do CEDH e reunião na UFSC sobre a ocupação Anita Garibaldi 2.3.2. Relatório novo recebido da Ocupação Contestado</p>	<p>2.3.1.A conselheira Celina, informou que foi aprovado o Relatório Anita Garibaldi, ficando a revisão para comissão de Legislação e posteriormente publicada em formato de Resolução, sendo as recomendações previstas no Relatório. A Presidenta fará assinatura (não oficial) para encaminhar aos órgãos mencionados no referido relatório.</p> <p>2.3.2.A Resolução da Ocupação Contestado de São José/SC está em elaboração.</p>
<p>Comissão de Legislação e Normas 2.5. Comissão de Legislação e Normas 2.5.1. Aditivo ao Regimento Interno 2.5.2. Resolução da Frente Ampla Pró SINASE - Operacionalização pós Resolução (dezembro/23)</p>	<p>2.5.1.O conselheiro Felipe (SEF) informou que está sendo elaborada uma reforma na Lei que institui o CEDH, sendo necessário realizar algumas atualizações, sendo revisão de nomenclaturas de Secretarias e inclusão da Defensoria Pública do Estado, a qual tem status de Secretaria de Estado e aceitou compor o Conselho. Na reforma, estão previstos 10 representantes das organizações da sociedade civil e 9 representantes estaduais, ou seja, organizados de forma não paritária. As regras para eleição da Sociedade Civil serão tratadas no Regimento Interno, pensando na flexibilidade em trabalhar. Por fim, o conselheiro observou que na Lei prevê que o Regimento Interno seja aprovado pelo próprio conselho e não pelo Chefe do Poder Executivo, como é atualmente, pensando em adequar ao caso concreto. Ressaltou que é muito importante as Organizações da Sociedade Civil participarem dessa discussão e se manifestarem.</p> <p>A presidenta propôs os seguintes encaminhamentos: se todos/as concordam que os encaminhamentos realizados na Lei estadual siga a mesma lógica dos realizados na Lei nacional, considerando que o cerne da questão não sairá da Lei, apenas aquilo que possibilitará flexibilidade nos casos concretos. Sendo aprovada a proposta pelo Plenário, o Conselheiro Felipe se colocou à disposição para finalizar o texto e encaminhar à Presidenta para considerações.</p>

	<p>Posteriormente será encaminhado aos Conselheiros/as para prévia leitura.</p> <p>2.5.2. A presidenta informou que a Resolução da frente ampla para o SINASE está pronta, porém ainda não foi publicada.</p>
<p>2.6. Comissão de Monitoramento:</p> <p>2.6.1. Comissão não permanente pro comitê e mecanismo de prevenção e combate à tortura</p> <p>2.6.2. Caso professora de Fpolis - encaminhamentos feitos pela SAS e pendências</p> <p>2.6.3. Reunião de 13/05 sobre observatório de Violações de Direitos Humanos em SC - devolutiva e deliberações decorrentes</p> <p>2.6.4. Carta do GT Monte Cristo, de 27/03/24</p> <p>2.6.5. Ofício CEPIn 09, de 15/04/24, recebido dia 17/04: ref. a erro médico</p>	<p>2.6.1.A presidenta informou que a Comissão Não Permanente Pró Mecanismo e Comitê de Prevenção e Combate à Tortura, realizou o seu primeiro encontro para apresentações. Após a Conferência serão retomados os encontros.</p> <p>2.6.2 A presidenta relatou que após a denúncia da professora Naida Marques, sobre racismo, conversou com a Débora (SAS) que relatou a realização de encaminhamento à saúde e a gerente de Políticas para Igualdade Racial e Imigrantes - GEIRI.</p> <p>2.6.3.A presidente relatou que a reunião sobre o observatório de Direitos Humanos, realizada dia 13 do mês corrente, foi deliberada pela não criação de novos observatórios, considerando que a UFSC criou um com a mesma finalidade em 2022 e este precisa ser fortalecido, com apoio de organismos de direito. O assunto não foi deliberado em Plenária, pois no momento não havia mais quorum.</p>
<p>2.7. Comissão da População em Situação de Rua</p> <p>2.7.1. Denúncia recebida sobre passarela da cidadania</p>	<p>A Presidenta informou que a Denúncia da Cidadania foi encaminhada por e-mail aos conselheiros/as.</p>
<p>Informes Gerais/Agenda Livre</p>	<p>A conselheira Lucilene informou que participará no Campus São Miguel do Oeste, dia 24/05 de Seminário Estadual sobre Autismo: Diagnóstico, Intervenção precoce e Comportamento, na condição de Conselheira.</p> <p>A Presidenta informou que nos dias 03, 04 e 05/06, em Brasília, vai acontecer o encontro Nacional de Conselhos Estaduais com o CNDH. O Estado de Santa Catarina irá participar, tendo a mesma e a conselheira Celina como representantes da sociedade civil. Também mencionou que há vaga para uma representação governamental, com custas pelo Governo de Santa Catarina.</p>
<p>Justificativas de ausências</p>	
<p>OBSERVAÇÃO</p>	<p>Aos (às) interessados (as) que queiram obter informações na íntegra, poderá buscá-las junto à Secretaria do CEDH-SC, para acesso a gravação da reunião.</p> <p>A reunião foi encerrada às 16h26min e a ata foi lavrada pela secretária, Mônica Lipski e, juntamente com a presidenta Erli, assinamos.</p>